

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes quer dar 50% de fundos a estados para destravar tributária 3

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

O estranho decreto de Bolsonaro (3) 5

O POPULAR - GO - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma, serviço público e vacina (2) 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo e Congresso fechados pelo auxílio 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Um comentarista no palácio - BRUNO BOGHOSSIAN 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Centrão magistocrático se vende por menos - CONRADO HÜBNER MENDES 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Avanço do ecommerce faz varejistas temerem 'camelódromo digital' 11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Benefícios fiscais (2) 12

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo estuda 'imposto temporário' para bancar novo auxílio emergencial 14

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aneel propõe devolver R\$ 50,1 bi a consumidores em até cinco anos 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo federal quer facilitar acesso de caminhoneiros ao MEI 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Investimento nos Estados avança com ajuda da União 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com preços em "xeque", Petrobras se arrisca a descolar de pares globais 20

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Celulose sobe mais e deve acelerar resultados no 1º tri 23

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mansueto descarta necessidade de mudar regra do teto até 2026 26

Quarta-Feira, 10 de Fevereiro de 2021

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação desacelera com queda na energia.....28

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Novo auxílio deve respeitar teto de gastos (3).....31

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA
POLÍTICA

Bolsonaro exclui Mourão de reunião ministerial.....32

Guedes quer dar 50% de fundos a estados para destravar tributária

Thiago Resende e Fábio Pupo

A equipe econômica elaborou uma proposta que entrega 50% dos recursos dos fundos constitucionais, criados para reduzir as desigualdades nas regiões mais pobres, a estados para que esses entes possam elaborar uma política de desenvolvimento regional, beneficiando também os municípios. A medida pode liberar cerca de R\$ 23 bilhões por ano para gestão dos entes.

O plano é compensar governadores e prefeituras por eventuais perdas na **reforma tributária**, após uma alternativa anterior ter travado as discussões no Congresso.

A equipe econômica, segundo membros ouvidos pela Folha, analisa o plano como contraproposta a ideia discutida no Congresso de criar um novo fundo para compensar os estados -algo a que o ministro Paulo Guedes se opõe de maneira contundente.

Por ver complexidade na tarefa de unir **tributos** federais e regionais, Guedes prefere que as mudanças comecem apenas com seu projeto de lei que cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), resultado da união dos federais PIS e Cofins.

O argumento dos governadores pela criação do fundo é que o fim do ICMS (imposto estadual) previsto nas PECs vai acabar com a guerra fiscal e impedir alíquotas menores como forma de atrair empresas a regiões menos desenvolvidas. Por isso, seriam necessários novos recursos para políticas de desenvolvimento regional e para estimular importações.

Secretários de Fazenda estaduais defendem que a União separe parte da receita que recolher com o IBS. Durante as negociações, representantes dos estados chegaram a pedir que os recursos sejam direcionados ao novo fundo com R\$ 485 bilhões em dez anos.

Na avaliação de Guedes, porém, o novo fundo poderia fazer a União quebrar ao exigir dela garantias que não poderiam ser executadas.

A visão é reiterada por outros membros da equipe econômica, como a assessora especial do ministro, Vanessa Canado, e o secretário especial da **Receita**

Federal, José Barroso Tostes Neto.

Os fundos de desenvolvimento regional são geridos hoje pela União, e seus recursos podem ser apenas emprestados para a iniciativa privada, com juros subsidiados.

A proposta do ministério é que metade desses recursos -pelo menos R\$ 23 bilhões por ano- seja entregue aos estados para que façam sua política de desenvolvimento regional diretamente e com mais autonomia.

Relator da **reforma tributária**, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) ainda vai analisar a ideia. Ainda não há prazo para o texto ser apresentado.

Com o plano elaborado pelo ministério, a pasta planeja que os recursos dos fundos sejam entregues em até cinco anos a estados e municípios.

Os entes também fariam a gestão dos fundos em parceria com bancos regionais (Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco do Brasil) e conselhos deliberativos das superintendências de desenvolvimento (Sudeco, Sudam e Sudene). A mudança não depende de aprovação do Congresso.

O governo ainda quer uma avaliação periódica dos projetos financiados e das subvenções econômicas feitas com recursos dos fundos.

Apesar da proposta, os estados já se manifestaram de forma contrária ao plano por entenderem que a maioria dos fundos não tem efetividade e que haveria dificuldade em asar os recursos.

Rafael Fonteles, presidente do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda) e secretário de Fazenda do Piauí, afirma que a proposta não gera os recursos demandados pelos entes.

"A tese do governo é usar os fundos já existentes, mas eles são insuficientes. O valor anual [disponível nos fundos] é muito baixo", afirma.

Apesar disso, ele sinaliza que a proposta já é um avanço nas negociações. "É um passo, mas insuficiente. A questão é quantificar isso, pois não acredito que daria certo apenas com essa solução",

diz.

Por enquanto, sem acesso ao projeto formal, os estados mantêm a proposta de criação do fundo e vão articular no Congresso para buscar a aprovação da ideia.

Existem hoje seis fundos destinados ao desenvolvimento regional, abastecidos por recursos federais.

Três deles são os chamados fundos constitucionais, criados em 1988. Eles são abastecidos com recursos de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e IR (Imposto de Renda) e atendem Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os outros três são os fundos de desenvolvimento regionais da Amazônia (FDA), do Nordeste (FNDE) e do Centro-Oeste (FDCO).

Como repasse para estados e o acompanhamento periódico, a equipe de Guedes crê que possa também destravar o uso desses recursos, pois considera que os fundos não alcançam o objetivo de desenvolver as regiões, não reduzem desigualdades nem geram efeito positivo sobre renda e formalização.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

33

O estranho decreto de Bolsonaro (3)

No dia 27 de janeiro, o presidente Jair Bolsonaro editou decreto instituindo a Política Nacional de Modernização do Estado e o Fórum Nacional de Modernização do Estado. O tema deveria ser da mais alta importância.

De fato, é preciso modernizar a máquina estatal, para que seja mais ágil e mais eficiente.

Porém, justamente pela importância do tema, o Decreto 10.609/2021 é decepcionante. A maior parte do texto é uma sequência de tautologias, como se a mera menção a conceitos relacionados à modernização fosse capaz de "aumentar a eficiência e modernizar a administração pública, a prestação de serviços e o ambiente de negócios para melhor atender às necessidades dos cidadãos" - que são as finalidades do decreto.

Chama a atenção que o Decreto 10.609/2021, repleto de orientações e diretrizes para o aumento da eficiência estatal, não guarde nenhuma relação com a conduta de Bolsonaro à frente do Executivo federal. O texto seria cômico, se não fosse trágico, tendo em vista as dolorosas consequências sobre o País das ações e omissões do presidente da República.

Tome-se, como exemplo, o terceiro artigo do decreto. "São diretrizes da Política Nacional de Modernização do Estado: (i) direcionar a atuação governamental para a entrega de resultados com foco nos cidadãos; (ii) buscar o alinhamento institucional entre os atores envolvidos na política de modernização; (iii) promover um Estado moderno e ágil, capaz de atuar, de forma tempestiva e assertiva, frente aos desafios contemporâneos e às situações emergenciais". Ao todo, são oito diretrizes.

É constrangedor avaliar a conduta do presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia de covid-19 a partir dessas três diretrizes que ele mesmo propôs.

A desconexão entre o comportamento do presidente da República e o seu decreto não se limita, no entanto, às três primeiras diretrizes. A sexta orientação é, por exemplo, "aprimorar as capacidades dos **servidores públicos** e das instituições" e a sétima, "ampliar o acesso e a qualidade dos serviços públicos".

O governo de Jair Bolsonaro tem enormes dificuldades para cumprir seu dever primário, que é zelar pela vida e saúde da população.

Ao mesmo tempo, lança-se a propor orientações teóricas, como se fosse realizá-las.

Por exemplo, a respeito da implementação da Política Nacional de Modernização do Estado, o decreto estabelece cinco grandes eixos temáticos: melhoria do ambiente de negócios próspero, ampliação das capacidades do Estado moderno, evolução dos serviços públicos, cooperação e articulação entre agentes públicos e privados e, por último, governo e transformação digital do País.

Tudo isso seria oportuno, se pudesse ser implementado por quem o propõe. Mas não é condizente assinar um decreto com tal conteúdo enquanto se promove, por exemplo, a mais irracional rinha contra as vacinas anticovid. O objetivo é mesmo tornar o Estado mais eficiente e racional?

Ao atuar assim, com essa abissal distância entre a realidade e as disposições do decreto, na verdade o presidente Jair Bolsonaro dificulta a modernização do Estado e se esquiva de promover a tão necessária reforma administrativa. Em vez de assegurar caminhos e critérios efetivos para que a máquina pública se modernize, ele está simplesmente criando mais um ato burocrático, fadado a não produzir nenhum efeito em relação à eficiência do Estado e à melhoria dos serviços públicos.

A respeito de burocracia, o decreto cria ainda o Fórum Nacional de Modernização do Estado, com várias câmaras temáticas.

Se há preocupação por modernizar o Estado, o presidente Jair Bolsonaro deveria começar cuidando da eficiência de seu governo e assumindo suas responsabilidades constitucionais.

Seu desempenho até aqui não o credencia a dar nenhuma aula sobre modernização do Estado.

Outra medida possível é trabalhar para a aprovação de uma boa reforma administrativa, muito além do projeto enviado pelo Executivo.

Não há decreto que, por si, modernize o Estado se, por parte da Presidência da República, abundam confusões e omissões e escasseia aquela responsabilidade básica, de cada um fazer a sua parte.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma, serviço público e vacina (2)

Elias Menta

A PEC 32/2020, conhecida como a PEC da reforma administrativa, pretende fazer alterações constitucionais no serviço público como conhecemos, para na sequência se formularem as leis que mudarão frontalmente tanto o que foi previsto pela Constituição de 1988, quanto o disciplinado no Regime Jurídico Único (RJU), sendo que o portal institucional da Câmara do Deputados já anunciou nesse início de 2021 que "será pauta polêmica".

A proposta, caso tal texto seja aprovado como enviado, implicará na possibilidade de que os **servidores públicos** possam ser contratados de cinco formas diferentes, restando apenas para os servidores das carreiras típicas de Estado as garantias que conhecemos, dentre as quais se destaca a estabilidade, que historicamente fora criada para não sujeitar os servidores às vontades dos seus chefes que, não raramente, confundem suas próprias vontades, com as missões dos cargos que ocupam, o que temos notado, mais intensamente, na pandemia. Em termos práticos, se viabilizará, por exemplo, um período de experiência que será uma nova etapa do concurso público, em que o primeiro colocado no certamente pode não ser contratado e outro menos bem classificado seja, o que subverte totalmente a lógica dos concursos.

Além da estabilidade que será realidade apenas para uma minoria do serviço público, negativas de direitos serão positivadas na Constituição Federal, tais como a impossibilidade de se conceder adicionais em função do tempo de serviço, adicionais ou indenização por substituições, incorporação de remunerações, progressões e promoções baseadas apenas no tempo de serviço e a proibição de se conceder aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos.

Como se não bastasse, viabiliza que o presidente da República, quando não implicar em aumento de despesa, por meio de decreto, poderá extinguir, transformar e fundir entidades da administração pública autárquica e fundacional, o que afeta diretamente as Universidade e Institutos Federais que ficarão a mercê do chefe do Executivo da ocasião.

Nota-se uma frontal mudança no modelo de serviço público, que passará de um modelo de política de Estado para um modelo de governos, que ao sabor dos ventos e eleições, poderão modificar os quadros

de servidores, que ficarão mais vinculados as suas chefias e ao governante da época, o que implica, como é evidente, em um maior nível de exposição dos servidores ao assédio e a corrupção, pela precariedade e transitoriedade dos cargos, viabilizando práticas conhecidas como a da rachadinha.

Ao mesmo tempo que disciplinam essa série de medidas que são elaboradas sobre o argumento da austeridade, nada se fala sobre os 38,27% do orçamento federal no ano de 2019 que foi entregue para o serviço da dívida externa (juros e amortizações) e, nos últimos dez anos, sobre o gasto de cerca de R\$ 1 trilhão dos cofres públicos para remunerar as sobras de caixa dos bancos, segundo dados da auditoria cidadã da dívida.

Nesse contexto, por mais louváveis que sejam as iniciativas de se aplaudir o pessoal do serviço público da saúde, o Instituto Butantan e a USP, todos **servidores públicos**, sendo que os dois últimos em parceria com a empresa chinesa Sinovac desenvolveram, testaram e estão produzindo a vacina que tem potencial para salvar milhares de brasileiros, merecem muito mais que apenas o ato simbólico, merecem garantias mínimas que viabilizem o desempenhar de suas funções e uma carreira com vencimentos e níveis adequados, para que toda sociedade possa contar com os melhores profissionais no serviço público, o que implica diretamente em benefícios para toda população, como está evidente nessa pandemia.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/10-fevereiro-2021/1o-caderno>

Governo e Congresso fechados pelo auxílio

ROSANA HESSELLUIZ CALCAGNO

Diante do recrudescimento da pandemia da covid-19 e a lentidão do processo de vacinação conduzido pelo governo federal, economistas iniciaram a onda de revisões para baixo do desempenho da atividade econômica neste ano. Não à toa, o presidente Jair Bolsonaro e o Centrão já estão alinhados sobre a volta do auxílio emergencial como forma de ajudar na retomada da economia e na popularidade do governo.

Os novos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já sinalizaram. São favoráveis ao retorno do benefício para os mais vulneráveis que não foram contemplados pelo Bolsa Família. No ano passado, o auxílio ajudou a evitar um tombo maior no Produto Interno Bruto (**PIB**) e, de quebra, elevou a aprovação de Bolsonaro, principalmente, no Nordeste. Contudo, o tamanho do auxílio e a fonte de financiamento continuam indefinidos, apesar da urgência da matéria, que estará na pauta dos parlamentares integrantes da Comissão Mista do Orçamento (CMO), a ser instalada hoje.

Apesar do consenso sobre a necessidade do auxílio, não há o mesmo entendimento a respeito do financiamento do benefício. Líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB) reconheceu que o auxílio deve dominar os debates no Congresso e informou que será preciso buscar espaço para ele no Orçamento, "durante os trâmites na CMO, via corte de despesa".

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) defendeu o corte de gastos para a inclusão do auxílio emergencial no Orçamento e descartou aumento de **impostos** para bancar o benefício. O líder do Podemos na Câmara, Léo Moraes (RO), também confirmou o consenso sobre a necessidade de aprovação da ajuda no Congresso. Segundo ele, com a vacina, o programa "vai aquecer a economia".

De acordo com o líder do DEM no Senado, Marcos Rogério (RO), existe disposição do governo e de parlamentares para aprovar um novo socorro aos mais vulneráveis, mas não nos mesmos moldes do auxílio do ano passado e sem impor condicionantes para o acesso. "O governo vai ter de achar o caminho para estender o benefício, como fazer isso sem que represente um aumento no rombo das contas públicas. A prioridade é quem está passando necessidade. A questão orçamentária, fiscal, é meta de todos. Mas, primeiro, você alimenta quem tem fome", ressaltou.

No Planalto e no Congresso, apesar do discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que é preciso recriar o auxílio "com responsabilidade fiscal", não está totalmente descartada a criação de um imposto para custear o socorro. Essa medida, no entanto, não ajudaria o governo a cumprir a regra do teto de gastos, que limita o aumento de despesas à **inflação** do ano anterior. Guedes defende a volta da CPMF. Para economistas, essa medida "de ajuste fiscal preguiçoso" seria um tiro no pé para o Executivo e para a retomada da economia.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, não descarta a possibilidade de o governo tentar emplacar um novo imposto. A medida deve seduzir boa parte do Centrão. "De novo, fica claro que muitas pautas acontecem sem o dedo do Guedes para reforçar que o problema não era tanto o Rodrigo Maia", afirmou, numa referência ao ex-presidente da Câmara. "Com o Centrão, é mais provável um ajuste via **impostos** do que corte de gastos. É o que deveremos ver nos próximos dois anos. O difícil será conceber um presidente que falou tanto para a sua base contra aumento de **impostos**", acrescentou Vale, que revisou de 0,1% para 0,8% a previsão de queda do **PIB** no primeiro trimestre e não descarta recessão nos seis primeiros meses.

"Aumentar **impostos** não resolve o teto, ainda que ajude no primário. Não parece um caminho promissor para os problemas de curtíssimo prazo. Será preciso medida compensatória do lado da despesa, para respeitar o teto (para abrigar o auxílio)", avaliou Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI). "Outra possibilidade para o auxílio é o chamado crédito extraordinário. Nesse caso, é bom lembrar que despesas maiores afetam o déficit e a dívida. O importante é não perder de vista a responsabilidade fiscal." Descontentamento Vários indicadores do mercado financeiro refletiram, ontem, descontentamento com a provável volta do auxílio emergencial sem que o governo tenha uma definição clara sobre as fontes de recursos para bancá-lo. O dólar e o risco-país subiram, após Bolsonaro confirmar que pretende prorrogar o auxílio. O Banco Central acabou realizando uma intervenção, com oferta de US\$ 1 bilhão em contratos de swap cambial, mas não conseguiu evitar a desvalorização do real.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, reforçou não haver espaço no Orçamento para o auxílio sem uma contrapartida, como cortes de despesas, e alertou para a alta dos juros. "A reação dos mercados nos

mostra que a fragilidade fiscal pesa mais do que os eventuais benefícios de se colocar mais dinheiro na economia. Pode acabar tendo o efeito contrário, de contração da economia", disse, em um evento a investidores estrangeiros.

O economista Matheus Rosa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), lembrou que o debate tem convergido para uma aprovação de um novo auxílio emergencial por fora do teto, por meio dos créditos extraordinários, "mas não é consensual de que isso é viável juridicamente". Segundo ele, os riscos continuam sendo um desvio do caminho para a sustentabilidade fiscal no longo prazo e aumento de juros e desvalorização do real. "Para isso, espera-se o avanço da agenda de reformas que engessou no segundo semestre de 2020", emendou. (Colaborou Vera Batista)

Um comentarista no palácio - BRUNO BOGHOSSIAN

BRUNO BOGHOSSIAN

Outro dia, um sujeito parou na portaria do Palácio da Alvorada e reclamou do preço dos combustíveis. Disse que os **impostos** eram muito altos e que a margem de lucro das distribuidoras era grande demais. "Está todo mundo errado, no meu entendimento. Pode ser que eu esteja equivocado", ponderou.

A queixa poderia ter sido feita por qualquer um dos apoiadores que passam por ali todos os dias, mas o autor daquele lamento foi o presidente da República. Como se não tivesse poder nas mãos ou obrigações no cargo que ocupa, Jair Bolsonaro prefere agir como comentarista de assuntos espinhosos que cercam seu próprio governo.

O presidente fala dos problemas do país como se tivesse perdido a eleição de 2018 e voltado para a Barra da Tijuca. Na segunda-feira (8), ele citou o aumento de preços da cesta básica, mas não apresentou uma ideia razoável para amortecer os impactos dessa alta. "O povo está empobrecendo", refletiu. "Devemos buscar uma solução, e não passa apenas pelo presidente da República." Não é raro ver Bolsonaro como um palpiteiro instalado no Palácio do Planalto por acidente. No mesmo dia em que examinou a **inflação** dos alimentos, ele também citou a possibilidade de extensão do auxílio emergencial como algo que só tinha ouvido por aí. "Já se fala em novas parcelas", afirmou. "Eu acho que vai ter, vai ter uma prorrogação." No caso da vacina contra o coronavírus, Bolsonaro foi mais eficiente em sua sabotagem às ações oficiais do que agora, depois que resolveu mudar de direção para evitar prejuízos políticos. O presidente assumiu o papel de testemunha ao falar sobre o atraso na chegada de insumos: "Tudo é difícil no mundo".

Na função de espectador, Bolsonaro persegue dois objetivos. Primeiro, busca demonstrar camaradagem com apoiadores que criticam o governo pelo diesel caro ou pela falta do auxílio emergencial. De quebra, ele tenta abrir mão de suas responsabilidades como governante -uma especialidade presidencial.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Centrão magistocrático se vende por menos - CONRADO HÜBNER MENDES

CONRADO HÜBNER MENDES

Para um Estado de Direito funcionar, não basta recrutar bacharéis que recitam leis e jargões, chamá-los de juízes e promotores, conferir-lhes garantias de independência e apertar o play. É recomendável saber quem são, de onde vêm, como pensam e por quanto se vendem. E deixar claro o que deles se espera ética e intelectualmente. E controlá-los.

Entre os obstáculos que emperram o Estado de Direito no Brasil, a hegemonia da magistratura no sistema de justiça é dos mais ignorados. A magistratura corresponde à fração de juízes e promotores que parasitam o interesse público e alimentam a corrupção institucional. Sua faceta rentista é só a mais visível.

A magistratura rifa a legalidade e perde a dignidade, mas não perde a pecúnia. Vive e pratica o lema "crises econômicas são oportunidades, férias para vender; recessos para descansar e leis moralizadoras para retorcer". Se o teto salarial limita a remuneração, que a corporação enriqueça por meio de "verbas indenizatórias" mesmo que a distinção seja espúria.

Sabe-se que em torno de 30% da renda da magistratura é composta por "extras" em geral isentos de **impostos**, e que algo próximo de 70% recebe acima do teto. Na pandemia, buscou ser vacinada primeiro. Como o trabalho remoto trouxe economia, aproveitou para quitar passivos acumulados com o dinheiro poupado. Procure saber que "passivos".

Em 2020, só com férias vendidas, o Judiciário gastou pelo menos R\$ 423 milhões (revista Piauí). O "pelo menos" se deve à falta de transparência de alguns tribunais, como o TJ RJ. O TJ-SP gastou R\$ 116 milhões para "comprar" férias. O TJ-MG gastou R\$ 326 milhões em auxílios.

Sobreviver no centrão magistocrático é mais fácil que no centrão partidário, pois não dependem de voto nem de eleitor. Precisam ter amigos na política, fazer permutas de legalidade e negociações de constitucionalidade. Centrão partidário e centrão magistocráticos e ajudam.

Vejam Arthur Lira. Nessa semana, visitou o TJ de Alagoas. O mesmo tribunal que julga sérias acusações

contra ele, de corrupção a violência doméstica. Seu presidente, Kléver Loureiro, investigado pelo CNJ, é defendido pela dupla de advogados de Lira. Kléver Júnior, que disputou a Prefeitura de Japaratinga, recebeu apoio público de Lira. "Demandas do Judiciário serão bem recebidas na Câmara" disse Lira, como noticiou site do próprio TJ.

Mas a magistratura não é só rentista - é também autoritária e colaboracionista. Isso soa como hino militar nos ouvidos de Jair Bolsonaro. A acusação de crime tem pairado sobre si e sua família, e o risco de proteção judicial de liberdades constitucionais afronta seu governo. O processo de cooptação desse outro centrão está inconcluso, mas em disputa.

Augusto Aras tem feito sua parte. Para disfarçar seu passivo colaboracionista, depois de jogar o desastre de Manaus nas costas de prefeito e governador, abriu inquérito contra Pazuello e procedimento preliminar, que nem inquérito é, contra Bolsonaro. Iniciativas bem recortadas juridicamente para desconversar sobre os fatos e crimes mais graves e arquivar o mais rápido possível. Se a gratidão fosse a virtude de Jair, a vaga no STF já teria dono.

O cordão obstrucionista que a magistratura armou para postergar ao infinito os casos criminais de Flávio Bolsonaro perpassa a gaveta de Gilmar Mendes no STF algumas gavetas do STJ e do TJ-RJ.

No STF, três inquéritos afetam interesses imediatos de Bolsonaro: investigam bolsonaristas por fake news, atos pelo golpe militar encorajados por Bolsonaro, e intervenção do presidente na Polícia Federal. São administrados como bombas de contenção, com resultados ainda incertos.

Também vêm do STF demoras úteis ao projeto bolsonarista, como proteção de indígenas e presidiários na pandemia, ou mesmo casos antigos que pisam na veia bolsonarista, como do tráfico de drogas, quedormitaemgavetaesplên-dida há seis anos, ou dos direitos de mulheres.

Para a violência bolsonarista, tempo é tudo. Tempo a magistratura sabe entregar.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Avanço do ecommerce faz varejistas temerem 'camelódromo digital'

Bruna Narcizo

O IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo), entidade que reúne 70 grandes varejistas do país, estuda uma maneira para combater a informalidade e a sonegação de **impostos** em tempos de aumento nas vendas online.

Nos meses de pico da restrição social, como abril e junho, mais de 5,7 milhões de clientes fizeram a sua primeira aquisição pela internet, segundo dados da Neotrust.

Levantamento da MasterCard Brasil mostra ainda que 46% dos brasileiros aumentaram o volume de compras online durante a pandemia e 7% realizaram uma compra digital pela primeira vez.

Com a intensificação do ecommerce, dizem representantes do varejo, a informalidade migrou para os meios digitais. "No começo eram camelôs em frente às lojas. Agora, são grandes camelódromos digitais que tiram proveito do nosso sistema tributário arcaico", diz Flávio Rocha, da lojas Riachuelo e conselheiro do IDV.

Ele se refere aos sites marketplace, que abrigam vendedores individuais e empresas que não tinham lojas online -e que, em muitos casos, atuam na informalidade.

O presidente do instituto, Marcelo Silva, deixa claro, no entanto, que não existem processos pontuais contra empresas específicas.

"Estamos fazendo um conjunto de ações contra informalidade", afirma. "Não sabemos em que estratosfera a sonegação está, por isso estamos estudando de um modo geral, com os fiscos federal e estaduais, uma forma de combate à pirataria", diz o presidente do IDV.

"Entendemos que muitas plataformas não emitem nota. Entregam para o consumidor com um documento de entrega, sem ser fiscal. E isso é concorrência desleal."

Rocha afirma que o sistema tributário brasileiro foi feito para fiscalizar caminhões que transitavam em rodovias, mas que a evolução trazida pelo comércio

eletrônico, onde as mercadorias são despachadas por correio ou transportadoras, exige uma nova abordagem do fisco.

"Não adianta rastrear a mercadoria, tem que rastrear o pagamento. Antes, era mais fácil rastrear o caminhão de trigo do que três moedas de outro. Hoje, a mercadoria ficou irrastreável, mas o pagamento é totalmente rastreável."

O presidente do IDV diz que a sonegação aumenta a pobreza "Evitar a sonegação vai fazer com que tenha mais dinheiro para Bolsa Família e aposentadoria."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49433>

Benefícios fiscais (2)

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES

De tempos em tempos, geralmente quando os administradores públicos não conseguem fechar seus orçamentos, reaparece a discussão sobre os benefícios fiscais.

De um modo geral, benefício fiscal é um instrumento de política pública utilizado pelos governos (União, estados e municípios) para incentivar determinada atividade econômica por algum período de tempo.

Trata-se da redução dos **impostos** a serem cobrados de determinadas empresas, de modo a torná-las competitivas nos mercados ou regiões onde atuam.

Esta política pública deveria ser uma exceção à regra, ter prazo limitado e ser acompanhada de exigentes contrapartidas que tragam benefício à sociedade, como garantia de geração de emprego e de investimentos. Todos os entes da Federação concedem benefícios e fica muito difícil, politicamente, reduzi-los ou eliminá-los.

No Brasil, esta exceção praticamente virou regra. Na chamada "guerra fiscal", estados e municípios, no afã de atrair negócios para suas regiões, acabaram nivelando por baixo a cobrança de **impostos**.

Enfatizo dois pontos. O primeiro é que o paternalismo presente na concessão de benefícios fiscais pode, ao garantir a rentabilidade da empresa, impedir avanços tecnológicos que tragam ganhos de produtividade.

O segundo ponto é justamente o contrário. A empresa consegue investir e aumentar sua produtividade e, com a manutenção dos benefícios fiscais, aumenta seu lucro e não devolve parte dele à sociedade.

Já passou da hora deste assunto ser enfrentado pelos governos, que devem mostrar à sociedade que é ela que está pagando esta conta. E quem a paga são os mais necessitados.

É raro e difícil, mas há administradores públicos que, mesmo contra pressões de todo tipo, tiveram a coragem política e já iniciaram processos de redução de benefícios fiscais.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES, ex-secretário do Tesouro Nacional e atual chefe de Gabinete da SEPOG/ SP

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-de4e9322b5e7792a8e72e8ed41d483a5.pdf

Governo estuda 'imposto temporário' para bancar novo auxílio emergencial

Camila Turtelli Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A criação de um "imposto emergencial e temporário" começou a ser estudada para arrecadar recursos para a concessão de uma nova rodada do auxílio emergencial com o agravamento da pandemia.

A ideia está em análise pelo governo e vem sendo discutida com parlamentares da base para dar fôlego ao pagamento do auxílio.

A expectativa é ter um esboço do modelo de uma nova rodada do auxílio na primeira semana após o carnaval e a ideia do "imposto emergencial e temporário" foi incluída na discussão, segundo apurou o Estadão/Broadcast, entre as diversas propostas, apesar de o presidente Jair Bolsonaro já ter se colocado contra a criação de um novo tributo e haver resistência no Congresso.

O grupo técnico que estuda a retomada do auxílio trabalha até mesmo com algumas alíquotas para a reedição de um imposto nos moldes da CPMF, sobre transações financeiras. Elas seriam entre 0,05% e 0,10%, podendo chegar a 0,15%.

Em tese, o novo imposto ficaria em vigor o tempo necessário para dar fôlego ao pagamento de uma nova rodada do auxílio emergencial. Mas esse discurso não é novo. O 'P' da sigla CPMF, o imposto do cheque, era de provisória, embora tenha vigorado por dez anos, entre 1997 e 2007.

A proposta está em discussão porque o governo precisa aumentar a arrecadação para retomar o auxílio emergencial. É que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige a necessidade de cumprimento da meta de resultado primário, definida pela diferença entre o que o governo arrecada com **impostos e tributos** e o que banca de despesas, sem contar o gasto com os juros da dívida.

Mesmo que as despesas para o pagamento do auxílio fiquem fora do limite do teto de gasto, a regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**, o governo teria de arrumar a compensação em aumento de arrecadação ou corte de despesas. Outra saída seria mudar a meta fiscal, que prevê um rombo de R\$ 247,1 bilhões.

Guerra. Em 2020, com o orçamento de guerra, as regras fiscais foram suspensas e o governo não precisou cumprir a meta fiscal, o que permitiu ampliar os gastos sem nenhum tipo de amarra. Com isso, foi registrado o maior rombo da história: R\$ 743,1 bilhões, o equivalente a 10% de toda a renda gerada pela economia brasileira em um ano e medida Produto Interno Bruto (**PIB**).

Bolsonaro chegou a dar aval ao Ministério da Economia para estudar a criação de um imposto sobre transações nos mesmos moldes da antiga CPMF, mas ele sempre diz que é contra o aumento da carga tributária.

Ou seja, um novo tributo deveria ser compensado com a redução de outros já existentes.

Na equipe do ministro Paulo Guedes, a ideia de criação um novo imposto está atrelada à desoneração da folha de salários das empresas (redução dos encargos pagos sobre os salários) e à substituição de outros **tributos** como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A equipe econômica vê com restrições a criação de um tributo para criar novas despesas.

Bolsonaro também já disse que um novo imposto não será criado "se o povo não quiser".

Desde a campanha eleitoral, Bolsonaro negava veementemente a intenção de recriar a CPMF.

No Congresso, há também resistência à criação de um novo tributo, embora os novos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), tenham dado sinais de que podem pautar o assunto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aneel propõe devolver R\$ 50,1 bi a consumidores em até cinco anos

Marlla Sabino / BRASÍLIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propôs ontem a devolução de pelo menos R\$ 50,1 bilhões em **impostos** que foram cobrados acima do patamar correto. A ideia é que o ressarcimento seja feito aos consumidores por meio do abatimento nos reajustes das tarifas em até cinco anos.

O valor é referente à cobrança de PIS/Cofins pagos a mais pelos brasileiros nas contas de luz dos últimos anos. Após processos judiciais que se arrastaram por mais de dez anos, a Justiça entendeu que a cobrança dos encargos era feita de forma irregular.

Segundo o diretor da Aneel Efrain Cruz, relator do processo, essa devolução poderá levar a uma redução média de quase 30% nas contas de luz de todo o Brasil. O impacto, no entanto, será diferente para cada distribuidora de energia. A proposta ainda precisa passar por consulta pública, que se encerra no dia 29 de março. Só assim, a Aneel vai bater o martelo sobre o tema.

De acordo com o relator, cálculos da área técnica apontam que o montante para ser devolvido pode chegar a R\$ 70 bilhões, já que não foi possível calcular o valor referente a 14 distribuidoras.

Supremo. Os valores são decorrentes de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em março de 2017, reconheceu a existência de um erro na inclusão do ICMS (encargo estadual) sobre a base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins (**impostos** federais) nas tarifas de energia.

Segundo dados da Aneel, das 53 distribuidoras de energia elétrica do País, 49 já tinham ingressado antes na Justiça para questionar a cobrança. Até agosto, a Receita já havia habilitado R\$ 26,5 bilhões para serem devolvidos.

Há ainda R\$ 7,8 bilhões de ações que já foram finalizadas, mas ainda não têm habilitação e R\$ 1,2 bilhão em depósitos judiciais. Além disso, estima-se R\$ 14,7 bilhões estão em sendo questionados em ações em andamento.

Pela proposta do diretor da Aneel, a devolução pode ser antecipada para antes do fim da consulta pública

para evitar aumento nas tarifas de energia.

Mas com o limite de 20% do total envolvido nas ações.

No ano passado, a diretoria da agência já havia abatido parte desses recursos nas tarifas dos consumidores atendidos pela Cemig, em Minas Gerais, e pela EDP Espírito Santo - as duas empresas haviam ingressado com ações individuais na Justiça.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, as distribuidoras prometem levar a questão à Justiça caso a Aneel bata o martelo sobre a devolução total dos recursos aos consumidores. As empresas alegam que teriam direito a uma parte dos créditos porque, segundo elas, entraram com as ações na Justiça e arcaram com todos os custos e riscos.

O argumento é defendido pela maioria das concessionárias, que veem a possibilidade de ficar com algo entre 10% e 30% do que foi cobrado a mais.

Sem entrar em detalhes, o subprocurador-geral da agência, Eduardo Ramalho, afirmou que questões como essa estão no radar da agência e devem ser discutidas na consulta pública. "Há algumas questões jurídicas que estão sendo colocadas. Algumas distribuidoras têm a tese de que parte desse valor estaria prescrita.

Então, querem se apropriar desse montante. Outra questão é o prêmio, que seria uma taxa de performance pelo fato dessa desoneração ter vindo por uma iniciativa das distribuidoras."

Briga por fatia

"Algumas distribuidoras têm a tese de que parte desse valor (a ser devolvido aos consumidores) estaria prescrita. Então, querem se apropriar desse montante."

Eduardo Ramalho SUBPROCURADOR DA ANEEL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo federal quer facilitar acesso de caminhoneiros ao MEI

GERALDA DOCA - BRASILIA

aprovação de mudanças nas regras.

Diante das dificuldades do governo federal em baixar **impostos** para baratear o preço dos combustíveis e atender às reivindicações dos caminhoneiros, integrantes da equipe econômica voltaram a defender a aprovação de um projeto de lei que permite o enquadramento da categoria no regime do Microempreendedor Individual (MEI).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O texto em estudo, de autoria do senador Jorginho Mello (PL-SC), permite que os caminhoneiros possam participar do MEI mesmo tendo faturamento anual acima de R\$ 81 mil, limite atual para enquadramento no regime tributário especial. A proposta já foi aprovada pelo Senado e está pronta para ser analisada pela Câmara.

USAR SÓ 20% DA RECEITA

A estimativa dos técnicos que elaboraram a proposta é que o faturamento desses profissionais seja, em média, da ordem de

R\$ 430 mil, mas o ganho efetivo seria, na verdade, de 20% desse total. Essa estimativa desconta custos com combustível, peças e pneus.

Assim, somente 20% da receita deles seriam considerados no cálculo para permitir a inclusão no MEI.

O MEI é um regime simplificado que reúne vários **impostos** em um único pagamento e assegura cobertura previdenciária. Segundo um técnico da equipe econômica, a medida seria vantajosa para os caminhoneiros, que poderão emitir nota fiscal, ter acesso ao crédito e usar as chamadas maquininhas.

O plano é fixar um percentual de recolhimento em 11% sobre o salário mínimo, superior aos 5% cobrados dos demais contribuintes no MEI. O objetivo é não comprometer as contas da **Previdência Social** com pagamento de benefícios.

O projeto altera também o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e muda a composição do comitê do Simples Nacional, que, entre outras prerrogativas, pode excluir ocupações do MEI e fixa um quórum mínimo para

Investimento nos Estados avança com ajuda da União

Marta Watanabe

O pacote de ajuda da União aos governos regionais para fazer jus aos efeitos econômicos da pandemia contribuiu para que Estados tivessem recursos disponíveis para investimentos. Mesmo com uma arrecadação própria agregada que cresceu apenas 2% nominais em 2020, abaixo da **inflação** de 4,5% no ano, os investimentos do conjunto dos 27 entes federados avançaram 10,8% nominais contra o ano anterior. Em 13 Estados a variação ficou acima de 20% e em dez deles a alta superou os 30%.

Foram de grande ajuda as transferências da União, que subiram 36,2% incluindo na conta os repasses extraordinários realizados por conta da pandemia, o que permitiu à receita corrente crescer em ritmo mais forte que a arrecadação própria, com alta de 6,6% nominais no conjunto dos 26 Estados mais o Distrito Federal. Com a dedução dos R\$ 6,4 bilhões pagos pelo governo federal aos Estados relativos ao leilão da cessão onerosa do pré-sal na base de 2019, a expansão nominal das transferências da União foi de 43,1%.

Outra grande ajuda do pacote da União se deu pelo lado das despesas, com a suspensão por seis meses dos pagamentos de amortização e juros da dívida com o governo federal. No ano passado, a despesa com amortização de dívida dos Estados caiu 23,3%, sempre com variações nominais.

Nem todos os Estados, porém, elevaram os investimentos no segundo ano de mandato dos governadores. Entre as exceções ficaram Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro (Ver quadro ao lado).

Os dados foram levantados pelo Valor nos relatórios de execução orçamentária entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional. Foi considerada como arrecadação própria o recolhimento de **impostos**, contribuições e taxas. Nas despesas, foram comparados os valores empenhados.

A economista Ana Carla Abrão, sócia da Oliver Wyman, diz que os números mostram para parte dos entes o melhor cenário em muitos anos. "Mas são resultado de um quadro conjuntural excepcional e pode mascarar uma situação estruturalmente

desequilibrada nos Estados que não têm feito a lição de casa."

Como a proibição aos Estados à criação de novas despesas de pessoal estabelecidas pela Lei Complementar 173/2020 - uma das leque estabeleceu medidas de socorro da União - cessam ao fim de 2021 e no próximo ano haverá eleições, a preocupação, diz Ana Carla, é de que suba a pressão por aumento de gastos, agravando o desequilíbrio. Já há, diz, sinais dessas pressões.

Entre os Estados que aumentaram os investimentos no ano passado, saúde e infraestrutura estão são as áreas mais relatadas por representantes de Estados.

Rogelio Pegoretti, secretário de Fazenda do Espírito Santo, explica que no ano passado o Estado recebeu R\$ 900 milhões a menos do que estava previsto no orçamento em royalties e participação de petróleo, mas essa frustração foi compensada em grande parte pelas transferências extraordinárias do governo federal. A receita de royalties e participações especiais do petróleo já chegou a representar 15% do orçamento capixaba. As receitas correntes do Estado encerraram 2020 com queda nominal de 0,6%, o que foi considerado um resultado bom frente às perspectivas da fase mas aguda da pandemia no ano passado.

Os investimentos do Estado, que somaram R\$ 1,5 bilhão em 2020, com avanço de 39,5% contra 2019, foram garantidos, aponta Pegoretti, principalmente por recursos do fundo estadual de infraestrutura montado anteriormente com receitas extraordinárias, como da unificação de campos de petróleo e da cessão onerosa.

"As obras foram mantidas no ano passado, assim como o nível de investimentos planejado", diz Pegoretti. O fundo de infraestrutura, diz ele, tem ainda saldo de R\$ 930 milhões. No ano passado, lembra, além de obras viárias, a saúde também teve recebido grande volume de investimentos. A estratégia, diz, foi investir na ampliação de capacidade permanente de atendimento da saúde em vez de montar hospitais de campanha para atender os casos de covid-19. A estratégia foi importante na segunda onda, já que o Estado não precisou desmontar e remontar esses hospitais de campanha.

Em relação a 2021, diz ele, ainda há muita incerteza sobre a evolução da economia em razão da indefinição sobre o auxílio emergencial e da vacinação.

René Garcia, secretário de Fazenda do Paraná, tem preocupação semelhante. No ano passado, lembra, com a suspensão da dívida, R\$ 600 milhões deixaram de ser pagos pelo Estado à União. Isso, mais os repasses extras do governo federal, diz, permitiram ao Estado fechar o ano passado com disponibilidade de caixa de R\$ 1,7 bilhão, o que deve ajudar a fazer frente, pelo menos durante o primeiro trimestre, às "intempéries", como gastos maiores na saúde, por exemplo. A arrecadação própria do Estado aumentou 0,7% nominais em 2020, mas com os repasses extras da União o total da receita de transferências correntes aumentou 25,9%. Isso contribuiu para as receitas correntes fecharem com alta de 5,2%.

Os recursos economizados com o pagamento da dívida, diz ele, permitiram no ano passado aplicações maiores na saúde e assistência social. Os investimentos, que somaram R\$ 3,1 bilhões, com aumento de 20,9% em 2020, diz ele, foram financiados com o superávit financeiro de R\$ 2 bilhões obtidos em 2019, além de recursos para empréstimos.

Em Alagoas, diz o secretário de Fazenda George Santoro, o auxílio emergencial aos mais vulneráveis elevou a arrecadação própria. "O efeito foi diferente entre os Estados. Em Alagoas, onde a base de arrecadação de ICMS é muito baseada em consumo, o impacto positivo foi grande", diz. O Estado teve desempenho melhor que a média na arrecadação própria em 2020, com alta de 7,2% nominais na comparação com 2019.

Com a ajuda dos repasses extras da União, as receitas correntes avançaram 20% e os investimentos alcançaram R\$ 1 bilhão, montante 23,8% maior do que o de 2019. Valores equivalentes aos R\$ 440 milhões em repasses extras da União em 2020, diz ele, ficaram praticamente livres e geraram superávit financeiro ao fim do ano. Isso juntamente, com a redução de despesa da dívida com a União, resultou em R\$ 740 milhões em recursos disponíveis ao Estado somente com essas duas medidas.

No Rio Grande do Sul, o secretário de Fazenda Marco Aurélio Cardoso explica que a ajuda da União contribuiu para que o Estado fechasse o ano passado com déficit orçamentário de R\$ 597 milhões, um sexto do rombo de 2019. Candidato à adesão ao novo programa de recuperação fiscal aprovado em âmbito federal, o Estado tem comemorado há dois meses o pagamento em dia dos salários de seus servidores,

após mais de quatro anos com atrasos.

Cardoso diz, porém, que o resultado de 2020 também deve ser creditado às reformas administrativa e previdenciária que o Estado aprovou em 2019. Isso permitiu ao Estado reduzir de R\$ 12,4 bilhões para R\$ 10,3 bilhões o déficit previdenciário. As despesas correntes caíram 0,12% em termos nominais em 2019 em relação ao ano anterior, apesar da elevação de 18% nos gastos com saúde. Com ajuda das transferências da União, as receitas correntes do Estado aumentaram 5,4%. Os investimentos subiram 3,2%.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Investimentos avançam

Valores empenhados pelos Estados - em R\$ milhões

Estados	2020	2020/2019 (%)*
PB	394,51	-26,3
MG	1.991,02	-22,8
RN	558,10	-18,2
MS	992,20	-7,1
RJ	964,23	-6,4
DF	868,64	-0,6
SP	8.225,23	0,6
AP	257,44	1,7
AM	934,70	2,6
BA	2.472,79	2,9
RS	864,33	3,2
PE	690,35	6,8
MA	1.301,82	8,8
CE	2.483,08	12,3
SC	1.361,34	20,2
PR	3.077,46	20,9
AL	1.071,88	23,8
PI	837,58	37,2
RR	160,86	38,8
ES	1.496,92	39,5
GO	923,18	42,2
SE	306,00	45
MT	1.383,90	50,3
RO	727,75	52,8
TO	548,84	57,1
PA	2.257,76	67,5
AC	409,70	88,7
Total	37.561,62	10,8

Fonte: STN/Siconfi, com elaboração do Valor. *Variação nominal

Com preços em "xeque", Petrobras se arrisca a descolar de pares globais

André Ramalho e Gabriela Ruddy Do Rio

A Petrobras é, desde o começo de 2020, uma das petroleiras com maior desvalorização entre as grandes empresas do setor. A perda de valor das companhias foi resultado da queda no preço do petróleo ante a retração econômica, agravada pela pandemia. Agora, em momento em que a cotação da commodity se recupera e supera a casa dos US\$ 60 o barril, as repercussões negativas em tomo da política de preços dos combustíveis da estatal podem acentuar as diferenças no valor dos seus papéis da frente aos pares internacionais.

Levantamento do Valor mostra que a ação da Petrobras acumula, desde o início de 2020, desvalorização de 35,5%, desempenho pior do que a queda de 24,5% da Chevron e de 27,7% da ExxonMobil e, em linha, com a baixa de 35,2% da Shell. Todas as empresas foram penalizadas pela contração sem precedentes da demanda global no ano passado. A ação da BP, com perda de 42,4%, caiu mais que a brasileira.

Operacionalmente bem posicionada com o pré-sal, ativo de baixo custo de extração, a Petrobras vive a expectativa de aumentar o pagamento de dividendos a partir de 2022, em meio à redução da dívida. No ano passado, mesmo diante do choque de preços do petróleo, a empresa cortou em 16,5% a dívida líquida, ou US\$ 13 bilhões, no acumulado de nove meses de 2020. Alguns analistas, porém, veem um aumento dos riscos associados às ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros sobre a capacidade de geração de caixa da estatal.

O mercado tem reagido mal, nos últimos dias, à prática de preços da Petrobras. Desde a segunda-feira, as ações ordinárias da empresa recuaram 5,1% na B3, na contramão do preço do barril de petróleo do tipo Brent, que subiu 2,7% e superou pela primeira vez o patamar de US\$ 60 desde janeiro de 2020. A desvalorização ocorre mesmo após os reajustes anunciados na segunda-feira, de 6,2% para o diesel e 8,2% para a gasolina.

A tensão no mercado teve início na sexta-feira, depois que o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, foi chamado pelo presidente Jair Bolsonaro, a Brasília, para prestar esclarecimentos sobre os preços

da estatal. A preocupação ganhou novos contornos, no mesmo dia, quando a empresa confirmou, em resposta a uma notícia da Reuters, que havia decidido, em 2020, estender de trimestral para anual o período limite de apuração da aderência dos preços à paridade de importação (PPI). Na prática, significa que a petroleira pode, num dado trimestre, praticar preços eventualmente abaixo do PPI, desde que a diferença seja mais que compensada no ano.

Não quer dizer que a empresa ficará meses sem reajustar os preços, mas que pode trabalhar com defasagens por tempos maiores. Segundo duas fontes, internamente, na administração da companhia, não há preocupação com a mudança, uma vez que, no consolidado de um ano fiscal, o princípio de alinhamento com o mercado internacional estará mantido. Entre investidores e analistas, porém, o episódio reforçou a percepção de riscos envolvendo a petroleira. Concorrentes da estatal e analistas estimam que a Petrobras está segurando reajustes e trabalhando com preços abaixo do PPI.

Segundo o Bradesco BBI, os fundamentos da Petrobras são sólidos, mas, em cenário de recuperação do petróleo e de defasagem nos preços internos, a companhia brasileira tende a desvalorizar perante a concorrência. "À medida que os preços do petróleo continuam a subir e vemos razões para isso acontecer no curto prazo - os dividendos e retornos da Petrobras se tornarão comparativamente mais baixos", cita o banco.

A XP, por sua vez, destaca que a incerteza sobre os preços da Petrobras implica numa grande mudança na tese de investimento da companhia, uma vez que as ações da companhia não deverão acompanhar inteiramente as cotações do petróleo. "No futuro, esperamos que a Petrobras tenha um desempenho inferior às petroleiras globais - bem como aos preços do barril", afirma o analista Gabriel Francisco, em relatório recente sobre o assunto.

O analista do UBS BB, Luiz Carvalho, não acredita que possível represamento dos preços da companhia impacte nos dividendos. "Mas é possível que por uma maior percepção de risco o desconto atual nos múltiplos [da Petrobras, em relação aos pares] prossiga."

Um dos principais múltiplos acompanhados por investidores é o EV/Ebitda, que mede a relação entre o valor da companhia em relação ao Ebitda (lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização). De maneira geral, empresas que possuem um EV/Ebitda menor que os pares do mesmo setor são mais baratas.

O EV/Ebitda da Petrobras em 2021 é calculado pelo Bradesco BBI em 4,5 vezes - abaixo da média de 4,9 vezes apurada com 15 empresas do setor. Dentro do universo do levantamento, a estatal brasileira está mais barata que a Lukoil, Repsol, BP, Shell, Rosneft, Total, Chevron e ExxonMobil. No comparativo com petroleiras de mercados emergentes, por outro lado, levantamento do UBS BB mostra que o EV/Ebitda da Petrobras está acima da média entre 13 empresas monitoradas.

Para o analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, o principal fator de desconto da estatal frente a outras petroleiras é o alto endividamento. Com uma alavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda, de 2,3 vezes ao fim do terceiro trimestre, a Petrobras tem o terceiro maior indicador, dentre as 15 companhias acompanhadas pelo Bradesco BBI, atrás apenas da argentina YPF e Rosneft.

Por outro lado, Arbetman ressalta que a Petrobras está bem posicionada em termos operacionais, já que quase 70% da produção vem do pré-sal, cujo custo de extração está em US\$ 2,30 o barril. Em 2020, a Petrobras quebrou recordes de exportação de petróleo, mesmo diante da queda do consumo global. "A Petrobras se mostrou rentável num cenário de barril de petróleo a US\$ 25 e está ainda mais hoje, com um barril a US\$ 60", afirma.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186677?page=1§ion=1

Recuperação gradual

Depois do choque de preços do petróleo em 2020, petroleiras recuperam parte das perdas

Petrobras



Varição, em % (base:31/dez/19): **-35,51**

Receita líquida - em US\$ milhões

Jan-set/19	56.721
Jan-set/20	39.772
Var. %	-29,9

Lucro/prejuízo** - em US\$ milhões

Jan-set/19	8.170
Jan-set/20	-10.368

Shell



Varição, em % (base:31/dez/19): **-35,18**

Receita líquida - em US\$ milhões

Jan-set/19	260.871
Jan-set/20	136.554
Var. %	-47,7

Lucro/prejuízo** - em US\$ milhões

Jan-set/19	14.878
Jan-set/20	-17.666

ExxonMobil



Varição, em % (base:31/dez/19): **-27,74**

Receita líquida - em US\$ milhões

Jan-set/19	192.559
Jan-set/20	132.836
Var. %	-31,0

Lucro/prejuízo** - em US\$ milhões

Jan-set/19	8.650
Jan-set/20	-2.370

BP



Varição, em % (base:31/dez/19): **-42,42**

Receita líquida - em US\$ milhões

Jan-set/19	207.288
Jan-set/20	135.577
Var. %	-34,6

Lucro/prejuízo** - em US\$ milhões

Jan-set/19	4.007
Jan-set/20	-21.663

Chevron



Varição, em % (base:31/dez/19): **-24,52**

Receita líquida - em US\$ milhões

Jan-set/19	105.291
Jan-set/20	69.628
Var. %	-33,9

Lucro/prejuízo** - em US\$ milhões

Jan-set/19	9.534
Jan-set/20	-4.878

Fontes: empresas, Valor PRO e Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data. * Listadas na Nyse. ** Atribuído aos acionistas controladores

Celulose sobe mais e deve acelerar resultados no 1º tri

Stella Fontes De São Paulo

Os preços da celulose tiveram alguma participação na melhora dos resultados financeiros dos produtores brasileiros no quarto trimestre, mas o grande impacto positivo dos reajustes sequenciais deve ser visto no balanço do trimestre em curso. Depois do êxito na aplicação do reajuste de janeiro, a indústria está confiante na implementação integral dos aumentos anunciados para fevereiro e vê espaço para nova alta da fibra curta no mês que vem, segundo fontes ouvidas pelo Valor. "Se houver novo aumento na fibra longa em março, a fibra curta também deve subir", diz uma fonte.

Após valorização de US\$ 51,60 vista no mercado chinês na última semana, a US\$ 593,56 por tonelada, os preços da fibra curta repetiram o desempenho na Europa e subiram mais de US\$ 41, segundo a Fastmarkets Foex. A tonelada da matéria-prima iniciou a semana negociada no mercado europeu a US\$ 761,32, indicando que o reajuste de US\$ 70 para janeiro foi integralmente aplicado e o aumento também de US\$ 70 para fevereiro já começou a ser incorporado - os produtores estão buscando contratos a US\$ 820 por tonelada.

A recuperação dos preços teve início na segunda metade do ano passado, com mais força a partir de outubro. Essa reação estará refletida nos balanços dos produtores brasileiros no quarto trimestre, que também foi marcado pela desvalorização de cerca de 8% do dólar ante o real - negativa para as receitas do setor, que é exportador, e positiva para o resultado financeiro. Para a celulose, dizem analistas que acompanham a indústria, o melhor está por vir nos números do primeiro trimestre.

Para a Suzano, que divulga balanço hoje após o fechamento do mercado, a expectativa é de lucro líquido de R\$ 5,93 bilhões, cinco vezes acima do ganho visto no quarto trimestre de 2019, diante do benefício da variação cambial na linha financeira e nas operações de hedge. A projeção média de lucro considera as estimativas de Itaú BBA, BTG Pactual e Morgan Stanley.

Para a receita líquida da companhia, a expectativa é de alta de 11,5%, para R\$ 7,86 bilhões, conforme a média das projeções dos três bancos e do Bank of

America (BofA). O resultado antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado deve saltar 49% na comparação anual, a R\$ 3,68 bilhões.

Em relatório, os analistas George Staphos e Leonardo Neratika, do BofA, destacam que a expectativa é de um "bom trimestre" para a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, com embarques acima da produção, estabilidade no custo caixa da celulose e estoques em níveis aparentemente baixos.

Para o Itaú BBA, o calendário pesado de paradas para manutenção reduziu os embarques de celulose da Suzano em cerca de 80 mil toneladas no trimestre, e elevou o custo do produto vendido em R\$ 30 por tonelada. Por outro lado, a expectativa é de preços mais altos da fibra e de forte desempenho no negócio de papel.

Os analistas do banco Daniel Sasson, Ricardo Monegaglia e Edgard Pinto de Souza estimam em 2,45 milhões de toneladas os embarques de celulose, queda de 16% na comparação anual e de 3% frente ao terceiro trimestre. As vendas de papel, por sua vez, podem ter subido 15% na comparação trimestral, para 369 mil toneladas, estáveis em relação ao volume visto um ano antes, com destaque para cartões e "tissue" (papéis para fins sanitários).

"Os preços realizados da celulose devem ter subido US\$ 9 e esperamos uma melhora mais forte no decorrer do primeiro trimestre", escreveram eles. Em papel, a estimativa é de alta de 8% nos preços, comparativamente ao terceiro trimestre.

A Klabin também divulga resultados nesta quarta-feira, antes da abertura do mercado. Para a última linha do balanço, a expectativa é de lucro líquido de R\$ 1,44 bilhão, 2,4 vezes maior que o ganho visto um ano antes, refletindo a melhora dos resultados operacional e financeiro.

A receita líquida, por sua vez, deve ter crescido 14%, a R\$ 3,08 bilhões, segundo estimativa média calculada a partir das projeções de Itaú BBA, BTG Pactual, Morgan Stanley e BofA. Para o Ebitda ajustado, a previsão é de crescimento de 13%, a R\$ 1,09 bilhão - a alta não foi maior por causa do impacto do dólar mais fraco nas exportações e de paradas para manutenção nas unidades Puma e Correia Pinto.

Para os analistas do Itaú BBA, os embarques de celulose da Klabin devem ter alcançado 344 mil toneladas no trimestre, queda de 21% na comparação anual e de 14% ante o terceiro trimestre, na esteira da parada programada em Puma, que também foi preparada para receber a nova máquina de papel kraft do projeto Puma II. Frente ao terceiro trimestre, a previsão é de preços realizados 2% superiores.

No negócio de papel e embalagens, a expectativa é de alta de 4% nas vendas, para 509 mil toneladas, com destaque para a expansão de 10% em caixas de papelão ondulado, na comparação anual. Os preços devem ter subido em todos os segmentos, na avaliação dos analistas.

Para a equipe do BofA, os preços de cartões da Klabin subiram entre 5% e 10% no período, enquanto os embarques da Klabin nesse segmento seguem limitados pela capacidade produtiva. "Assim como as demais empresas, a Klabin observou uma aceleração na demanda de celulose na China e continuou registrando forte demanda em papel cartão e caixas", escreveram.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186677?page=1§ion=1

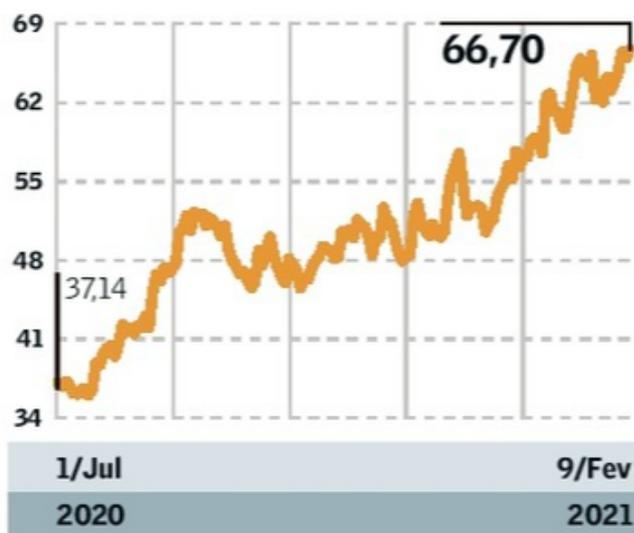
No rastro da celulose

Cotações, em R\$/ação

■ Klabin UNIT



■ Suzano ON



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mansueto descarta necessidade de mudar regra do teto até 2026

Fernando Dantas

O Brasil pode manter a emenda do teto de gastos, que determina que a despesa pública só seja corrigida pela **inflação**, até 2026, diz Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual e ex-secretário do Tesouro.

O ano de 2026 é a data prevista na própria emenda para que se possa mudar o critério de reajuste do teto de gastos.

Mansueto, em sua primeira entrevista no BTG, ressalta que o esforço em 2021 será grande e exigirá que o governo limite sua despesa discricionária ao menor nível desde 2009, quando o dado passou a ser calculado.

O economista estima que a despesa discricionária orçada para este ano acabe ficando pouco abaixo de R\$ 80 bilhões, comparada a R\$ 106 bilhões em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro.

Já o investimento público deve cair em 2021 para apenas R\$ 34 bilhões, ou 0,4% do **PIB**.

Mansueto avalia também que, se houver necessidade de um novo auxílio emergencial este ano, o mercado não se assustará desde que o governo construa uma solução com um valor limitado - de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões - e, em troca, aprove algum avanço estrutural, que melhore o cenário de finanças públicas para os próximos anos.

O novo auxílio, entretanto, teria de vir como crédito extraordinário, o que significa que é automaticamente considerado uma despesa extrateto. E precisaria ser combinado "com reformas que façam o cenário fiscal ao longo dos próximos anos ser melhor do que o mercado enxerga".

Ao contrário do que alguns no mercado pensam, Mansueto vê ganhos fiscais não desprezíveis a médio e longo prazos numa boa reforma administrativa, mas é mais cético quanto a economias a prazo mais curto que a PEC de emergência fiscal poderia trazer para compensar o gasto extra com um eventual substituto do auxílio emergencial.

O pior da travessia até a próxima eleição presidencial,

para o economista, é mesmo 2021. Ele acha possível que o governo evite um grande lockdown, mas julga que pode haver atrasos de pagamentos, como em 2003, ano de forte ajuste fiscal. "É de fato um Orçamento muito, muito apertado, e que não comporta frustração de receita." No entanto, há uma boa notícia para o governo, prossegue Mansueto. Ele lembra que havia a ideia de que o teto de gastos seria cada vez mais difícil de cumprir, à medida que passassem os anos. No mandato de Bolsonaro, portanto, o pior ano seria 2022, e o governo teria de entrar no ano eleitoral cortando despesas e investimentos.

"Mas, no meio do caminho, houve o descolamento de índices de **inflação** que ninguém esperava", observa.

Ele se refere ao fato de que o teto de gastos de 2021 foi ajustado pelo IPCA acumulado em 12 meses até junho do ano passado, de 2,13%. As despesas obrigatórias deste ano, no entanto, como benefícios previdenciários, serão corrigidas pelo INPC ao final de 2020, de 5,45%. Esse descolamento contribuiu para tornar ainda mais apertado o Orçamento deste ano.

Para 2022, entretanto, ocorrerá o fenômeno inverso. Até junho, o IPCA acumulado deve ficar em 6%. E o INPC cheio no ano deve ficar em torno de 3,7%.

Dessa forma, o governo em 2022, ano eleitoral, poderá aumentar o investimento público e as despesas discricionárias. É possível que o maior investimento público do governo Bolsonaro seja no próximo ano, podendo chegar a R\$ 60 bilhões.

Adicionalmente, na visão de Mansueto, esse efeito não se limita a 2022. Como o teto vai ser corrigido em 6% em 2022, isso vai afetar também os anos posteriores.

O espaço para gastos adicionais em 2021 é de apenas R\$ 30 bilhões, e para 2022 será de R\$ 90 bilhões. Paralelamente, as despesas de Previdência em 2020 acabaram vindo abaixo do esperado, o que também muda as projeções para este ano e os próximos.

Tudo isso, na sua visão, melhora o cenário para a manutenção do teto para além do atual mandato de Bolsonaro. "Em 2023, quem estiver no governo não deve ter muita dificuldade em cumprir o teto de gastos", acrescenta Mansueto.

Para ele, o teto ganhou uma sobrevida no próximo governo, pode durar até 2026 e há tempo para andar com a agenda de reformas que, a cada ano, torna possível prosseguir com o dispositivo de contenção dos gastos.

Um dos formuladores do teto em 2016, quando fazia parte do governo **Temer**, Mansueto diz que faria tudo outra vez. "O teto trouxe o benefício enorme de ter se tornado uma educação orçamentária para os nossos congressistas, e eles mesmos gostam.

Estamos vendo algo salutar, que é deputado e senador brigando por orçamento, que é o que deve acontecer nas democracias", conclui o economista.

Mas, como adendo final, ele mostra que está consciente dos riscos ao longo do caminho. "O próximo presidente, seja o atual ou outro, vai ter de ser necessariamente reformista. Não dá para ficar tranquilo."

Cenário

"O próximo presidente (...) terá de ser necessariamente reformista."

Mansueto Almeida ECONOMISTA-CHEFE DO BTG PACTUAL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação desacelera com queda na energia

Vinicius Neder / RIO Gregory Prudenciano SÃO PAULO

Com a conta de luz mais barata do que no fim de 2020, a **inflação** teve um alívio neste início de ano, mas os preços dos alimentos seguem pressionados, ameaçando o poder de compra dos brasileiros ao longo do ano, mostram dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial de **inflação** do País, subiu 0,25% em janeiro, abaixo do ritmo de dezembro (1,35%) e com a variação mais comportada desde agosto passado.

O resultado ficou perto do piso das estimativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que previam uma alta entre 0,24% e 0,54%, com mediana de 0,30%. A taxa acumulada pelo IPCA em 12 meses ficou em 4,56%.

Como a moderação se deveu, em grande parte, à queda de 5,60% na conta de luz, "é muito cedo pra dizer se dá pra notar desaceleração contínua" na **inflação**, segundo Pedro Kislanov, gerente do IPCA no IBGE.

Mesmo a queda na energia elétrica se seguiu a um salto de 9,34% em dezembro.

O vaivém foi comandado pelas bandeiras tarifárias, taxa extra na conta aplicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para compensar o uso de usinas térmicas, com custo de geração de eletricidade mais elevado. Em dezembro, a bandeira era vermelha patamar 2, a mais cara de todas; em janeiro, passou a amarela, com taxa extra bem menor. A Aneel já anunciou que a bandeira de fevereiro seguiu amarela. Por isso, o alívio pontual com a conta de luz não se repetirá na **inflação** média deste mês.

Pelo contrário, os preços dos alimentos deverão continuar pressionando os gastos corriqueiros das famílias. Embora também tenha desacelerado, subindo em janeiro menos do que subiu em dezembro, a alimentação em geral ficou 1,02% mais cara, puxando a **inflação** de janeiro.

Mesmo a redução no ritmo dos reajustes dos preços da comida não foi totalmente generalizada.

"Foi puxada pelas frutas e pela queda das carnes", afirmou Kislanov.

O pesquisador do IBGE lembrou que, normalmente, frutas, legumes e verduras ficam mais caros em janeiro, por causa das chuvas de verão. Já a dinâmica de preços das carnes, que ficaram apenas 0,08% mais baratas em janeiro, não segue muito essa lógica climática sazonal.

O alívio de janeiro veio após as carnes acumularem alta de 17,97% em 2020.

"Nos próximos meses, o grupo Alimentação pode pressionar por conta dos repiques que estamos vendo nos Índices Gerais de Preços (IGPs), e não só Alimentação, mas tudo o que for relacionado a commodities, como bens industrializados no geral", afirmou o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale.

Combustíveis. Outra pressão poderá vir dos combustíveis, diante dos reajustes feitos pela Petrobrás nas refinarias. Os mais recentes ainda não chegaram aos postos, mas, em janeiro, os combustíveis já subiram 2,13%, acima do ritmo de 1,56% de dezembro. Com alta de 2,17%, a oitava seguida, a gasolina foi o item de maior impacto individual de alta na **inflação** de janeiro - embora, na soma de vários itens, os alimentos tenham tido impacto maior.

"Combustíveis foram uma surpresa para cima, e essa tendência deve continuar no mês que vem porque tivemos outro aumento agora. O número de janeiro foi bom, mas não tira as preocupações com a **inflação** de curto prazo", afirmou o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otavio de Souza Leal.

Os IGPs, calculados pela Fundação Getúlio Vargas, fecharam 2020 com altas acima de 20%, puxados pelo atacado.

Ou seja, há um encarecimento de custos nas cadeias de produção que ainda não foi repassado ao consumidor. Em janeiro, os IGPs voltaram a acelerar - a primeira prévia do IGP-M de fevereiro avançou 1,92%, com os preços no atacado acelerando de 2,42% em janeiro para 2,54%, informou a FGV também ontem.

Assim como os preços de vários alimentos e dos produtos industriais em geral, os reajustes da gasolina são influenciados pelas cotações das matérias-primas no mercado internacional.

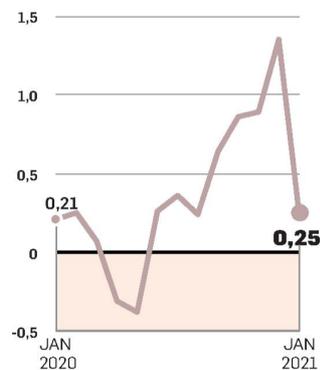
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ALÍVIO NO BOLSO

● Indicador oficial de inflação do País, o IPCA subiu 0,25% em janeiro, ritmo mais moderado que a alta de 1,35% de dezembro

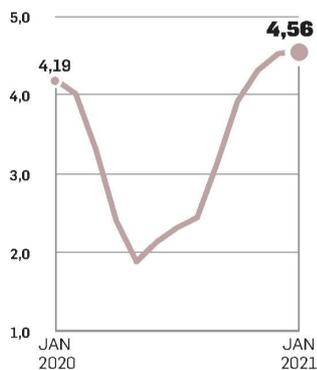
IPCA no mês

EM PORCENTAGEM



Acumulado em 12 meses

EM PORCENTAGEM



Por grupos

EM PORCENTAGEM, ANTE MÊS ANTERIOR

	DEZ/2020	JAN/2021
Alimentação e bebidas	1,74	1,02
Artigos de residência	1,76	0,86
Transportes	1,36	0,41
Despesas pessoais	0,65	0,39
Saúde e cuidados pessoais	0,40	0,32
Índice Geral	1,35	0,25
Educação	0,48	0,13
Comunicação	0,39	0,02
Vestuário	0,59	-0,07
Habitação	2,88	-1,07

FONTE: IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Novo auxílio deve respeitar teto de gastos (3)

Não faltam recursos públicos para a ajuda aos pobres - falta é vontade política para saber usá-los

Passada a euforia pela vitória, ao pôr os dois aliados na cúpula do Congresso - Arthur Lira (PP-AL) na Câmara e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) no Senado -, o presidente Jair Bolsonaro já perde apoio entre os mais pobres, como têm constatado as últimas pesquisas. Não é outro o motivo para ele ter pedido urgência na volta do auxílio emergencial, poucos dias depois de ter descartado a ideia. Com o "é para ontem" dito por Bolsonaro, Lira e Pacheco já se mobilizam. Pena que na direção errada.

Restabelecer uma rede de proteção aos milhões de desempregados e desassistidos que sobrevivem na informalidade é mesmo uma necessidade diante do recrudescimento da pandemia, da estagnação econômica e da incompetência crassa do governo na vacinação. O problema surge quando Lira fala em "excepcionalização temporária" do Orçamento, de modo a abrir espaço aos recursos necessários.

Trata-se de um eufemismo para defender que ele seja excluído do teto de gastos, evitando assim a imposição de cortes orçamentários. É a solução errada. O teto existe justamente para que sejam feitas escolhas sobre onde aplicar o dinheiro disponível, que não é infinito. Se o Brasil precisa do auxílio, o certo não é a "excepcionalização" de coisa alguma, mas sim uma simples decisão que respeite a lei e os limites fiscais.

Soluções não faltam. A mais sensata, descartada por Bolsonaro no ano passado, seria extinguir programas sociais ineficazes, como seguro-defeso e subsídios à cesta básica. Em artigo recente, o economista Marcos Mendes, do Insper, sugere outras formas de obter R\$ 46 bilhões de modo emergencial. Há dinheiro à disposição em emendas parlamentares, na revogação de benefícios fiscais, na economia de recursos em virtude do trabalho remoto e até na devolução da parcela da ajuda federal de 2020 que ficou no caixa de estados e municípios.

Mas o que Lira sugere é uma via expressa para o auxílio, fora do teto de gastos. Também discorda da contrapartida de cortes, pedida acertadamente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Será desastroso se isso acontecer numa economia já atolada em déficits, com dificuldades crescentes para rolar sua dívida.

Guedes, com a experiência de 2020, em que a decretação de calamidade pelo Congresso permitiu realizar despesas fora do teto, propõe um auxílio de R\$ 200 por três meses, com foco na população mais vulnerável. Em 2020, a ajuda começou com R\$ 600, no final do ano foi reduzida à metade e atingiu cerca de 65 milhões. Custou mais de R\$ 300 bilhões ao Erário.

Foram constatados desvios na distribuição, por isso faz sentido fechar o foco. O "é para ontem" de Bolsonaro não deve ser entendido como uma ordem sem bom senso nem preocupação com as contas públicas. Dinheiro existe. Há uma miríade de ralos por onde ele escoar no setor público. É ingenuidade crer que a leniência fiscal não cobrará seu preço. Não existe mágica: romper nossa única âncora num momento de explosão da dívida trará consequências dramáticas à inflação. Não adianta dar aos pobres dinheiro que logo perderá o valor. Lira, Pacheco e Bolsonaro deveriam saber disso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsonaro exclui Mourão de reunião ministerial

Ingrid Soares

O presidente Jair Bolsonaro excluiu o vice-presidente Hamilton Mourão da reunião ministerial ocorrida na manhã de ontem. O encontro não estava previsto na agenda oficial do chefe do Executivo. O general e Bolsonaro têm se distanciado, tanto é que, mês passado, Mourão reclamou que sentia falta de dialogar com o mandatário. "Não há conversas seguidas entre nós. As conversas são bem esporádicas. Faz falta até para eu entender em determinados momentos o que eu preciso fazer", relatou na data.

Dos 23 ministros da Esplanada, apenas Fábio Faria, do Ministério das Comunicações, não participou da reunião de ontem por estar em viagem ao Japão. Mourão estava com agenda livre. A assessoria do vice alegou que ele está comprometido com a organização do encontro com o Conselho Nacional da Amazônia Legal, previsto para hoje. O general também não participou da primeira reunião ministerial do ano, por estar se recuperando da COVID-19.

Em janeiro, Mourão indicou a jornalistas que Bolsonaro colocaria em prática uma **reforma ministerial** e que uma das trocas que deveriam ocorrer era no Ministério das Relações Exteriores, com Ernesto Araújo deixando o cargo. Bolsonaro foi efusivo e rebateu a ideia dizendo que o governo não precisa de "palpiteiros". "O que nós menos precisamos é de palpiteiros na formação do meu ministério. E deixo bem claro: todos os meus 23 ministros, eu que escolho e mais ninguém. Se alguém quiser escolher, que se candidate em 2022" disparou à época.

Nos bastidores do governo, o que se fala é que um segundo fato ajudou a aprofundar a crise: um assessor do general alertou o chefe de gabinete de um parlamentar sobre a possibilidade de o Congresso ter de começar a se preparar para analisar um pedido de impeachment de Bolsonaro. Mourão tentou acudir a situação ao exonerar o assessor envolvido no caso, Ricardo Roesch Morato Filho. E reforçou que "jamais vai trabalhar contra Bolsonaro". "A conversa houve, algo que me deixou extremamente chateado. O único patrimônio que eu tenho é minha honra, e minha honra está ligada à lealdade. São fatores de que não abro mão. Posso, às vezes, discordar de algumas coisas do presidente Bolsonaro, mas jamais vou trabalhar contra ele".

"EU ESTAVA TRABALHANDO"

Ontem, após não ter sido convidado para a reunião ministerial. Mourão também não compareceu à solenidade de lançamento do programa Adote um Parque, à tarde, no Palácio do Planalto. O general justificou a jornalistas que "tinha outras coisas para fazer estava trabalhando aqui. Tinha outras coisas para fazer." Questionado se havia sido convidado para o evento, o vice respondeu positivamente: "Fui, lógico que fui".

No evento, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, também foi perguntado sobre a ausência do general, mas desconversou. "Isso é uma iniciativa de todo governo federal, tanto que vários ministros estão presentes, parlamentares, enfim, que une inclusive os governos estaduais. Então, a ideia é aglutinar o máximo de esforços de todos", destacou. Mais cedo, Mourão afirmou que "não estava incomodado". "Não fui convidado. Não fui chamado. Então, acredito que o presidente julgou que era desnecessária minha presença. Só isso" apontou.

PARQUE

O programa Adote um Parque permite que pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras, possam doar bens e serviços para contribuir com a proteção ambiental em parques nacionais na Amazônia. São esperadas propostas de investimento que totalizam um potencial de R\$ 3,2 bilhões anualmente. Segundo o governo, na primeira fase do programa, o foco estará nas 132 unidades de conservação federais na Amazônia.

Os parques ocupam 15% do bioma, totalizando 63,6 milhões de hectares. Os recursos serão aplicados diretamente pelos parceiros nas unidades adotadas. As pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras que adotarem os parques, serão reconhecidas como "Parceiros do Meio Ambiente".

"Não fui convidado. Não fui chamado. Então, acredito que o presidente julgou que era desnecessária minha presença. Só isso" Hamilton Mourão, vice-presidente da República

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/02/2021/p1>